

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 2,5 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 43,5 milhões e Ativos Totais de R\$ 45,1 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	45.050	42.115	CIRCULANTE	1.531	1.089
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	47	40	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.531	1.089
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	44.996	42.065	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	24	17
Carteira Própria.....	44.996	42.065	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	1.426	989
OUTROS CRÉDITOS.....	7	10	Diversas (Nota 8b).....	81	83
Diversos (Nota 6).....	7	10	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.544	41.050
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24	23	Capital:.....		
OUTROS CRÉDITOS.....	24	23	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	23.500	22.500
Diversos (Nota 6).....	24	23	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	20.044	18.550
PERMANENTE	1	1			
INVESTIMENTOS.....	1	1			
Outros Investimentos.....	2	2			
Provisões para Perdas.....	(1)	(1)			
TOTAL	45.075	42.139	TOTAL	45.075	42.139

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos Saldos em 30.6.2014.....	Capital Social 23.500	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		2014	2013			Legal	Estatutária		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.447	4.548	3.275	Saldos em 30.6.2014.....	23.500	145	18.542	-	42.187
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	2.447	4.548	3.275	Lucro Líquido.....	-	-	-	1.370	1.370
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.447	4.548	3.275	Destinações: - Reservas.....	-	68	1.289	(1.357)	-
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	(199)	(407)	(393)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(13)	(13)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(85)	(189)	(219)	Saldos em 31.12.2014.....	23.500	213	19.831	-	43.544
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(129)	(234)	(191)	Saldos em 31.12.2012.....	20.000	1.794	17.520	-	39.314
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	15	16	17	Aumento de Capital com Reservas.....	2.500	(1.706)	(794)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	2.248	4.141	2.882	Destinações: - Reservas.....	-	-	87	1.649	1.753
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.248	4.141	2.882	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(17)	(17)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14).....	(878)	(1.623)	(1.129)	Saldos em 31.12.2013.....	22.500	175	18.375	-	41.050
LUCRO LÍQUIDO	1.370	2.518	1.753	Aumento de Capital com Reservas.....	1.000	(88)	(912)	-	-
Número de cotas (Nota 9a).....	23.500.000	23.500.000	22.500.000	Lucro Líquido.....	-	-	-	2.518	2.518
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	58,30	107,15	77,91	Destinações: - Reservas.....	-	126	2.368	(2.494)	-
				- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(24)	(24)
				Saldos em 31.12.2014.....	23.500	213	19.831	-	43.544

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil								
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre 2014	%	Exercícios findos em 31 de dezembro		2014	%	2013	%
		2014	2013				2014	2013				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	2.462	103,5	4.564	104,3	3.292	107,1	107,1	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2.248	4.141	2.882	1.1) Intermediação Financeira.....	2.447	102,9	4.548	103,9	3.275	106,6		
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	2.248	4.141	2.882	1.2) Outras.....	15	0,6	16	0,4	17	0,5		
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(2.127)	(2.931)	(1.746)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(85)	(3,5)	(189)	(4,3)	(219)	(7,1)		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	-	-	7	Publicações.....	(41)	(1,7)	(120)	(2,7)	(120)	(3,9)		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	7	3	(13)	Serviços Técnicos Especializados.....	(17)	(0,7)	(34)	(0,8)	(64)	(2,1)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(125)	(1.189)	(1.121)	Doações.....	(15)	(0,6)	(15)	(0,4)	-	-		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	3	24	9	Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	(0,3)	(14)	(0,3)	(13)	(0,4)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				Outras.....	(5)	(0,2)	(6)	(0,1)	(22)	(0,7)		
Dividendos Pagos.....	-	(17)	(16)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2).....	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073	100,0		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	(17)	(16)	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO								
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	7	(7)	PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073	100,0		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	44	40	47	5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073	100,0		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	47	47	40	6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	7	(7)	6.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	1.007	42,4	1.857	42,4	1.320	43,0		
				Federal.....	1.007	42,4	1.857	42,4	1.320	43,0		
				6.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	1.370	57,6	2.518	57,6	1.753	57,0		
				Dividendos Propostos.....	13	0,5	24	0,6	17	0,5		
				Lucros Retidos.....	1.357	57,1	2.494	57,0	1.736	56,5		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; e

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a);

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 7b); e

• Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades de R\$ 47 mil (2013 - R\$ 40 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2014				2013				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ Valor de contábil a (2)	Valor de mercado/ Valor de contábil a (2)	Marcação a mercado/ Marcação a mercado	Marcação a mercado/ Marcação a mercado	
Títulos para negociação: (3)									
Operações compromissadas.....	22.040	-	-	-	22.040	22.040	-	4.063	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	11	4.195	8.055	12.261	12.261	-	20.748	-
Letras financeiras.....	1.497	246	337	5.735	7.815	7.815	-	10.473	-
Debêntures.....	-	-	-	1.759	1.759	1.759	-	3.089	-
Letras do tesouro nacional.....	1.121	-	-	-	1.121	1.121	-	1.634	-
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	-	-	-	-	-	2.058	-
Total em 2014.....	24.658	257	4.532	15.549	44.996	44.996	-	42.065	-
Total em 2013.....	5.182	2.776	8.791	25.316	-	-	-	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 44.996 mil (2013 - R\$ 42.065 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Fundos de investimento.....	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
.....	4.548	3.275
Total.....	4.548	3.275

c) A BEC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

6) OUTROS CRÉDITOS

Referem-se a créditos tributários no montante de R\$ 31 mil (2013 - R\$ 33 mil).

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
.....	1.406	973
Impostos e contribuições a recolher.....	20	16
Total.....	1.426	989

b) Diversas

Referem-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 81 mil (2013 - R\$ 83 mil).

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013	22.500.000	22.500
Aumento de capital com reserva (1).....	1.000.000	1.000
Em 31 de dezembro de 2014	23.500.000	23.500

(1) Em 9 de junho de 2014 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30.4.2014, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 88 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 912 mil, com a criação de 1.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco Benj S.A. (Incorporador da Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30.4.2014), com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	20.044	18.550
- Reserva legal (1).....	213	175
- Reserva estatutária (2).....	19.831	18.375

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	2.518	1.753
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(126)	(87)
Base de cálculo	2.392	1.666
Dividendos propostos.....	24	17
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	1,02	0,76

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Publicações.....	120	120
Serviços técnicos especializados.....	34	64
Doações.....	15	-
Serviços do sistema financeiro.....	14	13
Contribuição sindical patronal.....	1	1
Outras.....	5	22
Total	189	219

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição à COFINS.....	182	131
Contribuição ao PIS.....	29	21
Despesas com impostos e taxas.....	23	39
Total	234	191

12) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Referem-se à Reversão de provisões no montante de R\$ 16 mil (2013 - R\$ 17 mil).

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (controlador indireto).....	47	40	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BERJ S.A. (controlador direto).....	(24)	(17)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios cotistas é fixado:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	4.141	2.882
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(1.656)	(1.153)
Outros valores.....	33	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.623)	(1.129)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias.....	(2)	(7)
Impostos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.621)	(1.122)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.623)	(1.129)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Outras provisões.....	33	31	33	31
Total dos créditos tributários (Nota 6)	33	31	33	31

O total de crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 5 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 31 mil.

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2014, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP nº 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve qualquer evento subsequente que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEC DTVM Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC DTVM Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC DTVM Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 27 de março de 2015

Página 129

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 07.299.480/0001-82
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	45.050	42.115	CIRCULANTE	1.531	1.089
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	47	40	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	1.531	1.089
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	44.996	42.065	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	24	17
Carteira Própria.....	44.996	42.065	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	1.426	989
OUTROS CRÉDITOS.....	7	10	Diversas (Nota 8b).....	81	83
Diversos (Nota 6).....	7	10			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	24	23	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.544	41.050
OUTROS CRÉDITOS.....	24	23	Capital:		
Diversos (Nota 6).....	24	23	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	23.500	22.500
PERMANENTE	1	1	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	20.044	18.550
INVESTIMENTOS.....	1	1			
Outros Investimentos.....	2	2			
Provisões para Perdas.....	(1)	(1)			
TOTAL	45.075	42.139	TOTAL	45.075	42.139

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014 2013	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.447	4.548	3.275
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	2.447	4.548	3.275
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.447	4.548	3.275
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(199)	(407)	(393)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(85)	(189)	(219)
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(129)	(234)	(191)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	15	16	17
RESULTADO OPERACIONAL	2.248	4.141	2.882
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.248	4.141	2.882
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14)	(878)	(1.623)	(1.129)
LUCRO LÍQUIDO	1.370	2.518	1.753
Número de cotas (Nota 9a).....	23.500.000	23.500.000	22.500.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	58,30	107,15	77,91

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014 2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	2.248	4.141	2.882
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	2.248	4.141	2.882
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos.....	(2.127)	(2.931)	(1.746)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	-	-	7
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	7	3	(13)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(125)	(1.189)	(1.121)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	3	24	9
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	(17)	(16)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(17)	(17)	(16)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	7	(7)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	44	40	47
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	47	47	40
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3	7	(7)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2014	23.500	145	18.542	-	42.187
Lucro Líquido.....	-	-	-	1.370	1.370
Destinações - Reservas.....	-	68	1.289	(1.357)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(13)	(13)
Saldos em 31.12.2014	23.500	213	19.831	-	43.544
Saldos em 31.12.2013	20.000	1.794	17.520	-	39.314
Aumento de Capital com Reservas.....	2.500	(1.706)	(794)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	1.753	1.753
Destinações - Reservas.....	-	87	1.649	(1.736)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(17)	(17)
Saldos em 31.12.2013	22.500	175	18.375	-	41.050
Aumento de Capital com Reservas.....	1.000	(88)	(912)	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	2.518	2.518
Destinações - Reservas.....	-	126	2.368	(2.494)	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(24)	(24)
Saldos em 31.12.2014	23.500	213	19.831	-	43.544

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	%	2014	%	2013
1 - RECEITAS	2.462	103,5	4.564	104,3	3.292
1.1) Intermediação Financeira.....	2.447	102,9	4.548	103,9	3.275
1.2) Outras.....	15	0,6	16	0,4	17
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(85)	(3,5)	(189)	(4,3)	(219)
Publicações.....	(41)	(1,7)	(120)	(2,7)	(120)
Serviços Técnicos Especializados.....	(17)	(0,7)	(34)	(0,8)	(64)
Doações.....	(15)	(0,6)	(15)	(0,4)	-
Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	(0,3)	(14)	(0,3)	(13)
Outras.....	(5)	(0,2)	(6)	(0,1)	(22)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073
5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.377	100,0	4.375	100,0	3.073
6.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	1.007	42,4	1.857	42,4	1.320
Federal.....	1.007	42,4	1.857	42,4	1.320
6.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	1.370	57,6	2.518	57,6	1.753
Dividendos Propostos.....	13	0,5	24	0,6	17
Lucros Retidos.....	1.357	57,1	2.494	57,0	1.736

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e, as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.
d) Títulos e valores mobiliários - classificação
 • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".
 Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
 Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
 De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.
f) Investimentos
 Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
 Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
 Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:
 • Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a);
 • Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 • Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 7b); e
 • Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

i) Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).
j) Eventos subsequentes
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.
 São compostos por:
 • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
 • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 A Instituição possui disponibilidades de R\$ 47 mil (2013 - R\$ 40 mil).
5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2014			2013		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Títulos para negociação: (3)						
Operações comprometidas.....	22.040	-	-	22.040	22.040	4.063
Letras financeiras do tesouro.....	-	11	4.195	8.055	12.261	20.748
Letras financeiras.....	1.497	246	337	5.735	7.815	10.473
Debêntures.....	-	-	-	1.759	1.759	3.089
Letras do tesouro nacional.....	1.121	-	-	1.121	1.121	1.634
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	-	-	-	2.058
Total em 2014	24.658	257	4.532	15.549	44.996	44.996
Total em 2013	5.182	2.776	8.791	25.316	-	42.065

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 44.996 mil (2013 - R\$ 42.065 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;
 (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
 (3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Fundos de investimento.....	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
	4.548	3.275
Total	4.548	3.275

c) A BEC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.
6) OUTROS CRÉDITOS
 Referem-se a créditos tributários no montante de R\$ 31 mil (2013 - R\$ 33 mil).
7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
 A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.
 Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	1.406	973
Impostos e contribuições a recolher.....	20	16
Total	1.426	989

b) Diversas
 Refere-se à provisão para pagamentos a efetuar, no montante de R\$ 81 mil (2013 - R\$ 83 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
 O capital social no montante de R\$ 23.500 mil (2013 - R\$ 22.500 mil) totalmente subscrito e integralizado é composto por 23.500.000 (2013 - 22.500.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.
b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2014	2013	2014	2013
Em 31 de dezembro de 2013	22.500.000	22.500.000	22.500	22.500
Aumento de capital com reserva (1).....	1.000.000	-	1.000	1.000
Em 31 de dezembro de 2014	23.500.000	23.500.000	23.500	23.500

(1) Em 9 de junho de 2014 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30.4.2014, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Legal" no montante de R\$ 88 mil e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 912 mil, com

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);

- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 11 de novembro de 2014, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A MP nº 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

d) Não houve qualquer evento subsequente que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEC DTVM Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC DTVM Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC DTVM Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

A SUA CHANCE DE TRANSFORMAR OS NOSSOS LEITORES EM SEUS INVESTIDORES.



O Valor Econômico é o único com divulgações em todas as plataformas e mídias sociais. Perfeito para a publicação dos resultados financeiros da sua empresa. Afinal, somente um especialista em negócios, economia, legislação e finanças poderia ser leitura obrigatória para um público tão qualificado.

Fale com a nossa equipe e receba uma proposta comercial.

São Paulo: (11) 3767.1323

Brasília: (61) 3417.3331

Rio de Janeiro: (21) 3521.1415

comunicacaocominvestidores@valor.com.br



ECONÔMICO
Valor
COMUNICAÇÃO
COM INVESTIDORES